Reunião Geral de Alunos - 9 de Janeiro de 2018

Às dezassete horas e trinta o Presidente da Mesa da RGA, João Tavares, deu início à Reunião Geral de Alunos (doravante, RGA).

A mesma, teve a seguinte ordem trabalhos:

- Período Antes da Ordem do Dia (PAOD);
- Eleições do Diretor
- Votação
- -Outros assuntos.

No Período Antes da Ordem do Dia (doravante, PAOD) João Tavares deu a conhecer a demissão de Eduardo Moita.

Gonçalo Martins dos Santos, por sua vez, tomou a palavra, pedindo desculpa a Joana Zagury por não ter visto o seu e-mail. De seguida referiu-se à demissão de Eduardo, lamentando a sua decisão e constatando que considerava que o colega tinha desempenhado o seu trabalho da melhor forma, agradecendo-lhe por isso. Por fim, deixou uma última nota relativamente às eleições do Diretor, afirmando que apoiaria o Sr. Professor Miguel Moura e Silva, antes mesmo de saber o resultado final da deliberação em RGA.

João Tavares interveio expondo a falta de pessoas na Mesa.

A este seguiu-sea intervenção de Eduardo Moita dizendo que não sabia se os presentes já tinham lido a sua carta de demissão, no entanto pretendia deixar claro que se tratava de uma decisão que já tinha tomado há mais tempo, embora tivesse decidido esperar. Por fim, acrescentou que na carta enumerou apenas algumas das suas razões mas que estaria disponível para responder a perguntas.

Seguiu-se a intervenção de Inês Melo, questionando se era verdade que a Associação fica com as vagas dos cursos de pós-graduação, para que possam ser distribuídas pelos seus membros.

Gonçalo Martins dos Santos tomou a palavra para responder, afirmando que não existem vagas sobrantes, o que existe é um convite dos professores para irem frequentar. Clarificou que na verdade, nunca houve vagas sobrantes, sendo as pessoas escolhidas diretamente.

Já no âmbito do tema das eleições do Diretor, Tiago Pacheco definiu que o objetivo era clarificar o que se iria discutir, dado que a decisão que se iria tomar seria importante e teria impacto nos próximos dois anos. Segundo o aluno, apesar de se terem apresentado três listas, uma tinha-se fundidoà outra. A lista D havia eleito 5 Professores, constatando que o voto dos funcionários seria tendencialmente viciado conforme a sua previsão de vitória, pelo que alunos assumiriam uma importância fundamental, definindo quem seria o Diretor.

João Tavares, na qualidade de Presidente da mesa, interveio para informar que os cinco Conselheiro Conselheiros quereriam intervir.

O Conselheiro Rafael Almeida, encontrando-se doente, não esteve presente.

A Conselheira Beatriz Lopes tomou a palavra para explicar que iriam falar das medidas em cada tema.

Seguiu-se a esta a intervenção de Patrícia Silva que destacou no programa do Sr. Professor Miguel Moura e Silva a possibilidade de encontros com o Diretor; a divulgação dos recursos existentes na biblioteca e as questões relativas a bolsas de mérito...Por fim referiu que ambos os candidatos pretendem melhorar os gabinetes e reforçar as iniciativas.

Beatriz Lopes, no seguimento do que a colega disse, referiu que o Sr. Professor Miguel Moura e Silva deveria vir a expandir o horário de abertura da Biblioteca, criar um edifício separadamente para os gabinetes, melhorar a biblioteca, bem como as condições da faculdade em geral e criar um espaço de estudo ao ar livre, falando-se também na possibilidade de inquéritos pedagógicos.

De seguida, Margarida Carvalho explicou que a Sra. Diretora Executiva tinha sido escolhida por concurso público e que talvoltaria a acontecer no ano em questão. Relativamente às salas de aula, a aluna referiu que não era algo que constasse do plano do Sr. Professor Pedro Romano Martinez e que, no que dizia respeito ao projeto de ampliação da biblioteca, o mesmo estava à espera de resposta do reitor. No entanto,

segundo a aluna, já se sabia que se iria dispor da Biblioteca aberta ao sábado, bem como de um alargamento do espólio. Paralelamente acrescentou que existem concursos abertos, tanto para pessoal docente, como para pessoal não docente. Terminou referindo que o programa abordava a criação de novas salas de aula e dava garantias de aumentar e melhorar os serviços da divisão académica.

Nuno Salpico interveio enfatizando a diferença entre plano de curso e plano de estudos. Segundo o aluno o plano de curso diz respeito à forma como é distribuído o plano de cadeiras, ao passo que o plano de estudos se relaciona efetivamentecom as cadeiras. De seguida fez menção ao programa do Sr. Professor Miguel Moura e Silva, afirmando que este apresentou diretrizes concretas, de acordo com as quais não se justifica a existência de aulas práticas, de tal modo que se passariaa ter aulas teóricas e taishoras iriam reverter para as cadeiras mais relevantes. Paralelamente, acrescentou que o Sr. Professor apresentou muito mais cadeiras optativas, de tal forma que o aluno possa escolher com liberdade o seu curso. Por fim, afirmou a necessidade de várias modernizações nas cadeiras, contexto em relação ao qual dá a conhecer que o Sr.Diretorhaviamostrado maior sensibilidade para ouvir os alunos, bem como feito apreciações como o desacordo face a dar-se Teoria Geral do Direito Civil no primeiro ano, prevendo algumas medidas mas apenas no sentido dediscussão. No entanto, destacou que a lista do Sr. Professor Miguel Moura da Silva tem pouca representação no Conselho Científico.

Seguiu-se a intervenção de Gonçalo Farmhouse, Conselheiro Pedagógico dizendo-se que o Sr. Professor Pedro Romano Martinez se referiu mais vezes às redes sociais do que o Sr. Professor Miguel Moura e Silva, falando, inclusivamente, em diretos... Não deixou, porém, de constatar que o Sr. Professor Miguel Moura e Silva vinha inovar, falando-se de um site em português e inglês e da Justiça TV.

Beatriz Lopes prosseguiu afirmando que, apesar de o programa do Sr. Professor Pedro Romano Martinez ter menos ideias inovadoras, tem como aspeto positivo o facto de estabelecer pontos temporários. Para a aluna mostrava-se positivo que o Sr. Professor Miguel Moura e Silva tenha ideias novas constatando que o problema residiria na sua representatividade no Conselho Científico.

Terminou informando que o Sr. Professor Miguel Moura e Silva pretender alguém com experiência de gestão, oriundo de exteriorda Faculdade, ao passo que o Sr.

Professor Pedro Romano Martinez defender que se deve recorrer ao concurso, não prevendo, a aluna, que a Sr. Professora Cláudia Madaleno se venha a recandidatar.

Seguiu-se a intervenção de Nuno Salpico que defendeu que o programa do Sr. Professor Pedro Romano Martinez seria mais conservador, enquanto o do Sr. Professor Miguel Moura e Silva seria mais inovador.

Findas as intervenções dos Conselheiros de Escola, seguiram-se as intervenções dos demais alunos.

Vítor André começou por afirmar que considerava que a grande maioria dos alunos teria na cabeça em quem não queriam votar, devendo os mesmos, por isso, mostrar que não o querem. De acordo com o estudante, não se pode esperar que alguém cumpra o seu programa, quando não o cumpriu antes, tal como o Regulamento. Por isso, concluiu propondo que se faça um voto de censura ao mandato do Sr. Professor Pedro Romano Martinez.

João Tavares, na qualidade de Presidente de mesa, respondeu discordando com o voto de censura. Apesar de ter demonstrado compreender o fundamento da ideia do colega, João considerou que se os estudantes mostrassem que queriam o Sr. Professor Miguel Moura e Silva, tal seria suficiente para mostrar que não querem Sr. Professor Pedro Romano Martinez.

Bernardo Alvim tomou a palavra para questionar os Conselheiros se, tal como haviamdito antes, se vinculariam à RGA.

À questão feita por Bernardo, Patrícia Vestias respondeu explicando que o voto se revela como secreto para que, no futuro, não sofram represálias, o que no seu entendimento deveria ser compreensível, dado que a vida dos Conselheiros é afetada pela decisão que tomassem.

Patrícia Garcia fez um pedido de esclarecimento no sentido de questionara Patrícia se, efetivamente, a mesma se iria vincular à decisão da RGA..

Patrícia Vestias esclareceu que o que saísse da presente RGA iria influenciar a sua decisão, assumindo que se vincularia.

Gonçalo Farmhouse, por sua vez, relembrou que, apesar de,a decisão tomada em RGA ser absolutamente relevante, continua a haver independência.

Paulo Ramos interveio a propósito da questão da Biblioteca estar aberta ao sábado, algo que, segundo o estudante, sempre foi um objetivo dos alunos, dado que a Biblioteca da Faculdade de Letras tem essa possibilidade. Deixou também claro que os Conselheiro Conselheiros discentes fizeram essa sugestão. No entanto, a Sra. Professora Cláudia Madaleno sempre dera a entender que os funcionários não queriam que se abrisse, contrariamente ao que querem atualmente.

Afonso Dantas tomou a palavra para questionar qual dos candidatos se havia mostrado mais aberto a mudar o Regulamento, bem como para questionar o porquê do Presidente da AAFDL querer votar no Sr. Professor Miguel Moura e Silva.

Nuno Salpico interveio respondendo que o candidato que se manifestou mais aberto à mudança de Regulamento foi o Sr. Professor Pedro Romano Martinez, uma vez que o Sr. Professor Miguel Moura e Silva, apesar de ter ouvido a questão, não houvera mostrado grande abertura.

Gonçalo Martins dos Santos respondeu à questão que lhe foi colocada por Afonso, afirmando que a sua posição política diferia da sua posição pessoal. Segundo o estudante, não existem condições para uma pessoa se recandidatar, quando a Direção mentiu aos alunos e não falou pessoalmente com eles, sendo precisamente por isso que ocorreu o corte de ligações, pelo que seria incoerente da sua parte não dizer que votaria no Sr. Professor Miguel Moura e Silva.

Seguiu-se Francisco Santana que recomendou que se fizesse uma reflexão global, no sentido de se decidir o que fazer, lamentando que no momento em que podiam , efetivamente, mudar alguma coisa, estivessem tão poucas pessoas presentes. Para terminar, relembrou que, em altura de eleições, se dizem coisas que não se vêm a concretizar, pelo que seria benéfico pensar nos sentimentos que tinham conduzido os estudantes ao que tinha acontecido.

João Tavares respondeu afirmando que se estava em época de testes e que essas RGAs tinham sido de uma grande extensão.

De seguida, Patrícia Vestias explicou que lhes tinha sido dito que seria no dia dez, pelo que ninguém poderia responder antes.

João Tavares respondeu que se deveriam impor, pois a Mesa também só tinha sido avisada em cima da hora, não dispondo de datas que fossem favoráveis.

Francisco Santana tomou a palavra defendendo que se o fecho da faculdade e a RGA tivessem sido naquele dia, teriam sido diferentes, proferindo estas palavras tendo em linha de conta que a AAFDL e os próprios alunos, deliberaram o encerramento da faculdadetendo sido, posteriormente, decididas três propostas, de entre as quais nenhuma permitia cumprir o Regulamento.

Seguiu-se a intervenção de Joana Zagury que começou por se referir à promessa havia feito há um ano atrás, segundo a qual, nunca mais falaria. Concluiu que ainda assim, devido à sua experiência, lhe parecia pertinente falar, pedindo aos presentes que compreendessem. Deu seguimento ao seu discurso explicando que tinha sido das poucas pessoas a querer votar na lista B há dois anos atrás, acrescentando que a decisão a tomar não se esgotava nos Diretores. A estudante manifestou discordar que os programas fossem parecidos e fez questão de avisar que os alunos tinham assumido uma postura perante a opinião pública relativamente ao Sr. Professor Pedro Romano Martinez, o que implicaria que o resultado das eleições em questão fosse analisado pelo país, por exemplo o Correio da Manhã iria querer publicar quem seria o novo Diretor.Para terminar, deu conta de informações de que dispunha segundo as quais seria difícil os funcionários não votarem no Diretor, uma vez estarem a votar contra o patrão e expõe que ocorreram renovações ilegais de contratos, sendo que a Sra. Professora Cláudia Madaleno quererá voltar ao cargo, não se despedindo e exigindo uma indemnização caso a demitam. Portanto, acredita que os professores sejam todos uns demónios, uma vez já terem sido alunos, Conselheiros... Afirmou justificar-se votar na equipa do Sr. Professor Miguel Moura e Silva por se focar nos alunos e defender os seus interesses. Relativamente ao Sr. Professor Pedro Romano Martinez, a estudante considerou ter sido um mandato complicado, durante o qual o Sr. Diretor se recusou a falar com os alunos, pelo que a questão a colocar seria a de dar uma segunda oportunidade ou dar uma oportunidade a alguém novo, defendendo que a segunda opção seria a melhor.

Hélder Martins interveio no seguimento da intervenção de Joana Zagury por não entender do que se estaria a falar e de que forma Joana teria mais informações do que o Conselho. Começou por tecer comentários relativamente à manifestação, afirmando que houve pessoas que lá estiveram apenas por ser “fixe” e não por conhecerem os verdadeiros motivos. Na sua opinião, tal levou a que o sentimento se tivesse esgotado naquele dia, não sendo naquele momento o mesmo

Gonçalo Farmhouse tomou a palavra para explicar que lhes haviasido apresentado algo diferente, dado que havia necessidade de se proceder a alterações, o problema tinha sido o momento.

Seguiu-se a intervenção de José Silva que explicou que se tratava de uma questão que não ficou muito bem resolvida, dado que havia uma empresa que procedia à parametrização do sistema precisando, para o efeito,que cada Faculdade lhe entregasse um caderno de encargos com a lista de pedidos. No entanto, o aluno havia perguntado ao Sr. Diretor se, nesse caderno, tinha existido a preocupação de colocar o anonimato em primeiro lugar, visto que o Conselho Pedagógico já havia dito que podiamvir a existirproblemas, ao que a Direção lhe disse que deixou ao critério da empresa. Tal, da sua ótica,leva a que a Direção tenha, efetivamente,culpa uma vez que preferiu dar prioridade às inscrições.

Paulo Pires interveio explicando não estar a defender nenhuma das partes mas que sentia necessidade de ser esclarecido, uma vez que a AAFDL tinha falado de uma coisa e um Conselheiro Pedagógico de outra coisa distinta, de tal forma que se sentia impossibilitado a definir o seu sentido de voto.Paralelamente acrescentou não entendero porquê de todos os estudantes presentes estarem contra o Sr. Diretor, quando sabiam que o anonimato não se poderia aplicar. Por fim, afirmou existir uma divergência quanto ao que é dito, revelando não ser benéfico a AAFDL se recursar a conversar com a direção.

Patrícia Garcia interveio dirigindo a sua intervenção aos Conselheiros de Escola discentes pois não houvera ficado esclarecida relativamente à vinculação.

Beatriz Lopes, enquanto Conselheira, afirmou que, pessoalmente, se vinculará à decisão tomada em RGA, não podendo, porém, impor aos colegas que o façam, dado que não têm isso no seu programa.

Patrícia Carneiro afirmou querer ouvir a posição dos restantes Conselheiros.

Segue-se Alexandra Jardim que explicou que, apesar de não se vincular à decisão da RGA, se vinculará aos seus argumentos.

Afirmou, posteriormente e de um modo claro, que não se vincularia.

De seguida interveioNuno Salpico que expôs que os Conselheiros precisam de ouvir as pessoas para tomar decisões. Afirmou não querer dizer que os presentes não

seriam suficientes, afirmando que o seu elemento ponderativo principal seria esse uma vez que os mesmorepresentam de um número significativo de alunos

Patrícia Garcia tornoua intervir, afirmando que o medo de retaliações manifesta a falta de capacidade para assumir responsabilidades, sendo os Conselheiros eleitos para o enfrentar.

Gonçalo Farmhouse tomou a palavra para explanar que, segundo o seu entendimento, a não vinculação é uma questão de princípio, dado estar-se perante umas eleições. Afirmou que tal não significaria uma oposição à RGA mas uma forma de legitimidade.

Por fim, Patrícia Garcia manifestou respeitar a posiçãodos colegas mas considerou que assumir a vinculação faz parte das suas funções.

João Rabaça interveio afirmando que, face ao facto de serem assumidamente democráticos, já tendo ocorrido uma eleição democrática, da qual resultou um conjunto de representantes, não há qualquer obrigação de vinculação.João Rabaça revelou não fazer sentido em sua opinião vincularem-se estando naquele momento presentes um universo tão ínfimo de estudantes em sede de RGA. Acrescentou que considera natural que osConselheiros dessem mais peso a conversas que tivessem no corredor com centenas de alunos, do que à própria RGA. De tal forma, concluiu que os Conselheiros não deveriam ser forçados a expor se se vinculariam ou não, visto apenas se recorrer a RGAspor ser o meio mais tradicional na Faculdade.

Seguiu-se Tiago Fontez,concordando com João Rabaça no que diz respeito à possibilidade de os Conselheiros se basearem nas opiniões dos alunos recolhidas em conversas nos bares e corredores, confirmando que tal já aconteceu anteriormente. No entanto, salientou que o caso em questão era particular, uma vez que os Conselheiros da lista T haviam assumido no programa de candidatura que se vinculariam.Paralelamente, afirmou rejeitar ambos os programas de candidatura à Direção, dado nenhum abordar a temática da política educativa nacional, referindo-se, concretamente, à questão da passagem de Universidade a Fundação. Segundo o aluno, o Sr.Professor Miguel Moura e Silva houvera dito que decidira o que fosse mais benéfico para a Faculdade, ao passo que o Sr. Professor Romano Martinez se manifestou imediatamente contra a discussão que havia existido acerca do regime jurídico das Universidades. Finalmente, Tiago alertou que não seria possível que os estudantes se

alheassem de tudo o que havia vindo a acontecer. Manifestou não conseguir suportar alguém que nada fez quando a política atacou os estudantes, referindo que não deixa de gostar das aulas do Sr. Diretor, à altura.Teceu, como conclusão, considerações a respeito do desrespeito pelo Regulamento em termos de número de alunos por subturma, expondo que, apesar de o programa do Sr.Professor Pedro Romano Martinez pretender cumprir neste ponto, pretende, em simultâneo, excluir setenta por cento dos professores convidados da Faculdade. Segundo o aluno, contrariamente ao que se faz crer, o Sr. Diretor não está disposto a discutir com os estudantes mas a dividi-los. Afirma não ser devoto do Sr. Professor Miguel Moura e Silva mas deixa claro que de entre alguém que mentiu e alguém de quem não sabe o que esperar, só vê uma alternativa.

Adolfo Rafael interveio afirmando que o voto de cada um não lhe interessa, uma vez terem sido os Conselheirosquem houvera estado a trabalhar com cada uma das equipas. Concluiu interessar-lhe discutir qual o critério que mais pesaria na sua decisão.

Tiago Fontez, complementando a sua intervenção anterior, deixou claro que apesar de se eleger um novo Diretor, este estará condicionado pela política seguida no mandato antecedente, não se podendo, por isso, esperar mudanças de um dia para o outro.

Nuno Salpico em resposta a Adolfo afirmou não conseguir dizer qual o critério, uma vez existirem vários: o programa, os alunos, a disponibilidade de cada equipa para integrar as propostas que tinham apresentado, tudo isso pesaria na decisão, que resultaria de um equilíbrio de fatores.

Beatriz Lopes acrescentou que, para além daquilo a que tinham assistido nas reuniões, a opinião informada dos alunos e os seus argumentos teriam um grande peso. No entanto, relembrou que a eleição do Sr. Professor Miguel Moura e Silva não significaria, necessariamente, que tudo fosse um mar de rosas, dado que nada garantia que os órgãos cooperassem.

Adolfo **Rafael** tomou a palavra para dizer que a única coisa que mudaria seria a aplicação do anonimato, afirmando que qualquer pessoa intelectualmente honesta seria capaz de ver que as mudanças não se fazem de um dia para o outro, só tendo impacto, no ano letivo dois mil e dezoito/ dois mil e dezanove.

Beatriz Lopes interveio expondo que, relativamente à questão do anonimato, o Sr. Professor Pedro Romano Martinez tinha afirmado que existiriam condições para avançar já no segundo semestre. Alertou, todavia, a aluna, para a oposição que se faria sentir nos órgãos.

Joana Zagury relembrou os presentes estar-sea falar do Sr.Diretorpois no dia seguinte seria nomeado o Presidente do Conselho de Escola.

Quanto à intervenção de Joana, Beatriz Lopes disse ser consensual que, numa perspetiva de moderação, o Sr. Professor Vasco Pereira da Silva poderia continuar a desempenhar essas funções.

Seguiu-se a intervenção de Ricardo Mendonça que disse considerar que todos os pontos até então levantados já tinham sido discutidos exaustivamente, sendo que todos os alunos sabiam dos problemas do mandato em curso. Por isso, recomendou que se refletissese a Faculdade estava melhor no momento presente do que há dois anos.

Luana Maia, por sua vez, tomou a palavra para convidar os presentes a comparecer na tomada de posse dos Conselheiros no dia seguinte. De seguida, referindo-se à vinculação dos Conselheiros à RGA, afirmou que respeita, apesar de não partilhar da mesma opinião, uma vez que os alunos marcam presença mas não se sentem incentivados a fazê-lo quando os seus representantes dizem não se vincular à sua opinião. Por isso, a título de incentivo, afirmou que, a partir de então, se vincularia a todas as decisões tomadas em RGA no decorrer do seu mandato. Relativamente aos programas, a estudante, manifestou que o seu problema estava no facto de serem muito literais, quando na verdade não funcionava assim. Disse-seque se iria aumentar o número de subturmas, mas não se disse como se fariao mesmo. A aluna, ainda assim, afirmou que o programa do Sr. Professor Miguel Moura e Silva dispunha de aspetos que apreciava. No entanto, alertou que é necessário pensar nos programas e não na pessoa em si, deixando claro que o Sr. Professor Miguel Moura e Silva seria, para os alunos, um desconhecido embora, pessoalmente, mantivesse a convicção de confiar nas pessoas que formavam a equipa do mesmo.

Concluiu, na qualidade de aluna, que se deveria votar no Sr. Professor Miguel Moura e Silva, pois a sua equipa seria pró-alunos.

João Amaral recomendou que, ao invés de se discutir o caráter dos candidatos, se discutissem as medidas que têm de ser aplicadas.

Tiago Fontez, respondendo a João Amaral afirmou que não se discutiu o caráter dos candidatos em si, mas sim o número de alunos, a questão das fundações, o incumprimento do programa, entre outros aspetos que revelam na verdade.

João Amaral clarificou que pretendia dizer que muito poucos problemas reais haviam sido discutidos até àquele momento.

De seguida, João Tavares interveio afirmando que os Conselheiros já tinham feito a exposição e que já se tinha falado de alguns problemas, embora não se tivesse falado de todos. No entanto, deixou transparecer que, pessoalmente, já se encontrava um pouco farto, uma vez que nas últimas RGAs não se havia falado noutra coisa, tornando-se até um pouco exagerado, dado que os problemas devem ser referidos mas com conta, peso e medida.Por fim, concordou que algo estava em falta nos programas, considerando-os pouco ambiciosos e que ainda existe problemas à vista de todos que têm de ser resolvidos.

Vera Moreira tomou a palavra e expôs que, efetivamente, não se encontra no programa que se vão respeitar os limites das subturmas mas que é falado em desdobramento, em promover determinados expedientes, o que não significa que alguém fosse fazer alguma coisa. No seu entendimento, os alunos estariam a partir de suposições.. Não obstante, a estudante clarificou que não estaria a fazer valorações positivas ou negativas, nomeadamente por saber que não haveria, mudanças estruturais sustentadas do dia para a noite. No seguimento da intervenção deixou a recomendação de que se assinalasseem RGA os pontos que devem ser reavaliados com especial atenção ao longo do ano letivo.. Concluiureferindo-se ao peso das opiniões expressas em Reunião Geral de Alunos, revelando que, alterar uma decisão em função da quantidade de pessoas presentes não faria sentido, na sua ótica.

João Rabaça em resposta à colega referiu-se à eleição dos representantes que houvera aberto um canal de comunicação com os alunos, já que foram os mesmos quem os elegera. Perante tal, acrescentou que quando referiua ausência de estudantes, não se referia a motivos profissionais, treinos mas sim ao que considera que os estudantes têm, verdadeiramente, para fazer: cadeiras. Pelo que, atendendo a esse motivo, não se poderia dar um peso excessivo àquela RGA.

Vera Moreira tomando novamente a palavra afirmou não se tratar do peso mas sim da decisão da RGA.

Por sua vez, João Rabaça afirmou que o que devia ser dito era o que devia ser valorizado em cada um dos candidatos.

De seguida interveio Maria Francisca Gama que, em conformidade com João Amaral, defendeu que, mais importante do que a pessoa em quem se iria votar, seriam as medidas, fazendo todo o sentido que os estudantes perguntassem aos candidatos o que queriam fazer quanto a cada pequena coisa. Relativamente ao facto de a Conselheira ter dito que não conhecia o Sr. Professor Miguel Moura e Silva, Francisca lamentou o sucedido e afirmou que tal deveria ter acontecido por falta de vontade da colega, uma vez que o professor tinha feito várias sessões de esclarecimento. Paralelamente, a estudante explicou que algo que uma das suas preocupações na Faculdade se relaciona com o facto de apesar de existir uma ótima sala de estudo e de estar aberta durante a noite, para se poder ir à casa de banho ter de se ir às escuras, a que acresce o facto de tanto esse espaço, como o da própria sala de estudo não serem limpos ao longo da semana, algo que, no seu entendimento, corresponde às condições mínimas exigíveis. Na verdade, segundo a aluna o Sr. Professor Pedro Romano Martinez já promove a eficiência energética, visto desligar as luzes, o que não é necessariamente positivo, uma vez que, enquanto estudante e rapariga, gostava de ver quem se move à sua frente. Francisca Gama prosseguiu o seu discurso e informou os presentes que tinha interpelado o Sr. Professor Miguel Moura e Silva a este respeito e que o mesmolhe tinha dito que concordava que se tratava de mínimos exigíveis, embora não tenha querido prometer algo que mais tarde pode não conseguiria cumprir. Ainda assim a aluna deixou claro que a postura do Sr. Professor face a este assunto influenciou a sua decisão.

Luana Maia, em resposta a Francisca clarificouque, quando disse não conhecer o Sr. Professor Miguel Moura e Silva, não se referia ao sentido em que a colega interpretou pois houvera ido à primeira sessão de esclarecimento que Francisca referira. Na verdade, a estudante disse querer referir-se ao modo como o Sr. Professor Miguel Moura e Silva trabalha, dado que o que conhecia do mesmo nesse aspeto seriam os professores que escolhera para trabalhar consigo. No entanto, terminou destacando que palavras não são atos, já que do Sr. Professor Pedro Romano Martinez já tinham visto muito atos.

João Tavares, interveio para perguntar quantas alunos do primeiro ou terceiro ano do turno da noite se encontravam presentes visto que tinham tido exame no dia anterior e que assim tinham toda a disponibilidade para comparecer à RGA. Estavam apenas três alunos desses anos.

Seguiu-se a intervenção de Gonçalo Martins dos Santos que explicou que os Conselheiros tinham proposto uma data e que no dia seguinte seria o único dia sem exames pelo que todos poderiam estar presentes no Conselho de Escola, uma vez tratarem-se de reuniões públicas. Na qualidade de Presidente da AAFDL, questionou os presentes no sentido de saber se considerariam estar melhor ou pior. A sua resposta, atendendo ao facto de se ter fechado a Faculdade foi que se estaria claramente pior. Ao referido acrescentou o facto de a AAFDL ter cortado contacto com a Direção da faculdade, algo que na sua perspetiva seria muito grave, visto colocar em causa alguns dos princípios e valores por eles defendidos e assinados pelos candidatos. Prosseguindo e referindo-se aos Conselheiros, apelou a que houvesse compreensão. Em conclusão, clarificou que a sua opinião pessoal em nada tem a ver com a institucional, pelo que, embora defendesse que o Sr. Professor Pedro Romano Martinez não deveria continuar, caso a decisão da RGA fosse diferente, comprometer-se-ia a segui-la.

João Tavares, na qualidade de Presidente da Mesa da RGA, deu cinco minutos aos presentes para que pudessem reler o programa e ficarem completamente esclarecidos, seguindo-se a votação.

Procedeu-se à votação, tendo existindo cinquenta e cinco abstenções, cento e dez votos a favor da Lista B e dois votos a favor da Lista D.

A Tertvlia Libertas fez uma declaração de voto, afirmando que tal como tinham deixado transparecer no ponto um, não consideravam que a RGA tivesse sido suficientemente representativa. Não obstante, defenderam que o que deveria pesar seria os argumentos e não os números.

Às vinte horas e quarenta minutos, João Tavares deu por encerrada a RGA.